



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

R. Quinze de Janeiro, 11 - Bairro Centro - CEP 92010-300 - Canoas - RS - <https://www.canoas.rs.gov.br/>

DESPACHO

Parecer técnico: Edital 391/2024

Empresa: LR Serviços e Construções Ltda

Este parecer refere-se à proposta final da empresa supracitada para o Edital 391/2024; para a análise de seu conteúdo foram levados em conta alguns pilares que norteiam a Administração Pública, quais sejam: economicidade, eficiência e segurança jurídica.

Ainda, de forma surpreendente, a empresa se antecipou a qualquer análise técnica e declarou exequibilidade, sem que a SMSU houvesse analisado e proferido juízo nesse sentido. Apenas foi solicitada a planilha aberta de custos, para se verificar a origem dos preços ofertados. A empresa LR Serviços declarou já possuir equipamentos, que em tese preencheriam os requisitos exigidos em edital.

Os equipamentos elencados, entretanto, não se coadunam com as disposições do Termo de Referência em sua maior parte; veículos, em especial, com a documentação apresentada, indicando desconformidade com a idade exigida o que, por si só, desclassifica a empresa, o que será no item 2.

Quanto à proposta da licitante, constataram-se outras discrepâncias importantes entre a planilha apresentada na formação dos preços básicos formada pela PMC e a planilha anexada pela empresa LR Serviços e Construções. Os valores apresentados estão completamente incoerentes, quando se compararam com os valores de mercado, restando as despesas gerais do contrato claramente subestimadas, o que determina cabalmente a inexequibilidade dos serviços contratados.

É dever do Poder Público ir além da análise simplesmente do valor apresentado, quando da análise de uma proposta que envolve serviços, mormente em relação a serviços essenciais como coleta de resíduos. Valores incompatíveis com a realidade têm que ser apontados, sob pena de a população do Município ficar sem o serviço, por uma possível imobilidade financeira da empresa contratada.

Assim, identificamos incoerências em relação ao edital, como abaixo esclarecemos:

1. Subestimação de preços relevantes e inexequibilidade da proposta

A desclassificação da proposta da licitante decorre da análise das composições de preços como um todo e não quanto a um item à parte da composição de preços:

A partir da análise realizada, é importante salientar que os valores apresentados para mão de obra são exatamente os estabelecidos pela CCT, sem possibilidade de conterem sobras que eventualmente pudessem, de alguma forma, compensar a desconformidade de valores de outros itens.

Quanto aos demais itens/módulos: módulo 6 Insumos Diversos no valor de R\$ 269,40; módulo 6 Instalações Físicas no valor de R\$ 5.100,00, módulo 6 veículos no valor de R\$ 136.745,62 e

módulo 7, no valor de R\$ 114.520,76, foram previstos bem abaixo do praticado em mercado.

A empresa também apresentou a margem de lucro extremamente baixa (somente 1,50%) e os Benefícios e Despesas Indiretas – BDI estão atribuídos em patamares ínfimos, abaixo dos níveis preconizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) no Manual de Licitações de Coleta de Resíduos em seu item 8 - BDI, razão adicional pela qual **não há margem financeira (sobra)** para compensar os valores subestimados em outros itens, o que compromete a capacidade da licitante de arcar com as despesas necessárias à execução do objeto licitado, ao contrário do que alega em sua peça de esclarecimentos à Municipalidade.

Nessa toada, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, é dever da Administração Pública desclassificar propostas que não demonstrem exequibilidade ou que não assegurem a prestação adequada dos serviços contratados ou a entrega dos bens adquiridos.

Juntamente à proposta, a licitante realizou a entrega dos elementos comprobatórios para que fosse atestada **a exequibilidade de sua proposta**, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do inciso IV do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

Quando se verificarem que os valores contemplados na proposta do licitante se afiguram proporcionalmente inferiores aos constantes das informações em poder das Administração, produzir-se-á a inversão do ônus da prova. Isso significa que a Administração será dispensada do ônus de provar a inexequibilidade. **Caberá ao particular provar a exequibilidade, sob pena de ser desclassificada a sua proposta.** (grifo nosso)

Já que a licitante **não apresentou documentos comprobatórios suficientes, tais como, orçamentos, contratos ou notas fiscais recentes** dos itens com características similares aos previstos no Edital, que comprovem a atualidade e a viabilidade dos valores apresentados, tampouco justificativas técnicas e mercadológicas que embasassem os valores subestimados, a desclassificação de sua proposta é medida que se impõe.

Dessa forma, restou evidenciado que a proposta apresentada **não atende aos requisitos essenciais** que exige comprovação de que a execução do contrato pode ser realizada nos termos do edital e da proposta apresentada.

2. Descumprimento do edital: caminhões incompatíveis com as exigências do edital

Outro ponto determinante para a desclassificação da licitante é o descumprimento das exigências editalícias relacionadas à característica dos veículos. Conforme previsto no edital, os caminhões com compactadores necessários à execução do contrato devem ser zero quilômetros (0 km), **com ano/modelo igual ou superior a 2022**, e apesar da licitante ter alegado que possuía equipamentos essenciais para a execução das atividades propostas possibilitando a redução substancial, apresentou somente documentos de veículos em total desconformidade com o Edital, como veículos para transporte de animais vivos, caminhões basculante, veículos com cabine linear e com carroceria aberta e até um veículo de passeio blindado e com anos de fabricação variados, também não condizentes com o especificado em Edital.

Esse descumprimento não apenas infringe cláusulas editalícias, mas reforça a **inexequibilidade da proposta**, uma vez que os valores subestimados apresentados pela licitante não permitem a aquisição ou locação dos bens exigidos pela Administração para a execução adequada do contrato.

Diante do exposto, por se tratar de serviço continuado, essencial à população, com fornecimento de mão de obra em regime dedicação exclusiva, onde os valores de mão de obra são basicamente: salários, encargos, benefícios e que são pactuados em convenção coletiva correspondem à grande parte do valor mensal estimado. Feito um comparativo entre a porcentagem respectiva de cada item no valor global da proposta, identificamos que no orçamento

realizado pela municipalidade resultou em aproximadamente 57% os custos Diretos com Mão de Obra e na proposta da licitante resultou em aproximadamente 72% referente ao item 1 (Custos Diretos Mão de Obra).

Cabe-se dizer que os valores do restante dos itens orçados pela licitante, representam 28% do valor da proposta, sendo dentro desta margem, o licitante teria ainda todos os custos com Serviço de Terceiros, Insumos Diversos, Custos Veículo, Custos Instalações Físicas e Benefícios e Despesas Indiretas

Assim, entendemos pela desclassificação da proposta apresentada pela licitante LR Serviços e Construções Ltda, com base no exposto acima e nos seguintes fundamentos técnicos e legais:

Subestimação de preços essenciais, comprometendo a exequibilidade;

Ausência de comprovação documental e mercadológica da exequibilidade;

Descumprimento das exigências editalícias relacionadas ao ano dos caminhões;

Esse entendimento tem por objetivo resguardar o interesse público e assegurar a execução contratual em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e legalidade, previstos na Lei n.º 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **CLAITON COSTA TEIXEIRA, Técnico Municipal - Técnico em Fiscalização**, em 27/12/2024, às 11:50, conforme art. 4º, do Decreto nº 221, de 22 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL MAESTRO SILVEIRA DE MORAIS, Diretor**, em 27/12/2024, às 11:51, conforme art. 4º, do Decreto nº 221, de 22 de junho de 2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.canoas.rs.gov.br/autentica_sei.php informando o código verificador **1489965** e o código CRC **7C4A872D**.